



Antifeminismo, separação e rejeição no discurso político

Antifeminism, separation and rejection in political discourse

Marcela Aianne REBOUÇAS*

RESUMO: O cenário político – em nível nacional e internacional – é marcado pela polarização, fazendo com que emergam discursos antagônicos. Com isso, surgem disputas em torno do modo correto de ser, agir e estar no mundo. As mulheres são, nessa conjuntura, envolvidas por discursos que visam enquadrá-las num padrão conservador ou progressista. Assim, são reproduzidas no discurso político, práticas de silenciamento direcionadas a determinadas formas de subjetivação em detrimento de outras. Partindo de tal contexto e dos princípios teórico-metodológicos dos Estudos Discursivos Foucaultianos, neste artigo, investigamos o modo como se estabelece um embate discursivo entre mulheres, separando e rejeitando certas formas de subjetivação, por meio do discurso antifeminista no cenário político. Para tanto, selecionamos um vídeo publicado em outubro de 2024 por Ana Caroline Campagnolo, deputada estadual vinculada ao Partido Liberal (PL-SC) que produz regularmente conteúdo de teor conservador e antifeminista em seu perfil no Instagram. Na publicação em questão, a catarinense reage a uma carta que tem como remetente um grupo feminista, cujo intuito era demonstrar apoio a influenciadora Cíntia Chagas, após ser vítima de violência doméstica. Para a análise arqueogenealógica, realizamos recortes do vídeo e selecionamos os enunciados, que dialogam com outras materialidades do campo associado (Foucault, 2020). Os resultados apontam a reprodução das práticas de silenciamento feminino por meio das próprias mulheres, que advogam em favor de um modo de subjetivação cuja base é conservadora e alicerçada em discursos sexistas. Sua manutenção é regida por princípios antifeministas, que separam congêneres entre si e rejeitam certas formas que não se enquadram numa determinada vontade de verdade (Foucault, 2014). Esse processo, por sua vez, faz com que certas mulheres não sejam reconhecidas (Butler, 2015) como tal, tendo suas vidas apreendidas como indignas e até mesmo malignas. Dessa forma, o discurso da rivalidade feminina, construído ao longo dos séculos com algo natural, é reproduzido e fortalecido.

PALAVRAS-CHAVE: Antifeminismo. Separação. Rejeição. Reconhecimento. Campagnolo.

ABSTRACT: The political scenario – at both national and international levels – is marked by polarization, giving rise to antagonistic discourses. As a result, disputes emerge over the “correct” way of being, acting, and existing in the world. In this context, women are enveloped by discourses that seek to frame them within either a conservative or a progressive standard. Thus, practices of silencing directed at certain forms of subjectivation to the detriment of others are reproduced within political discourse. Based on this context and on the theoretical-methodological principles of Foucauldian Discourse Studies, this article investigates how a

* Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB – Brasil. Bolsista Capes. marcelaareboucas@gmail.com

discursive clash among women is established, separating and rejecting certain forms of subjectivation through antifeminist discourse in the political arena. To this end, we selected a video published in October 2024 by Ana Caroline Campagnolo, a state deputy affiliated with the Liberal Party (PL-SC), who regularly produces conservative and antifeminist content on her Instagram profile. In the post analyzed, the politician from Santa Catarina reacts to a letter sent by a feminist group whose aim was to express support for influencer Cíntia Chagas after she became a victim of domestic violence. For the archaeogenealogical analysis, we extracted segments from the video and selected statements that dialogue with other material-discursive practices within the associated field (Foucault, 2020). The results indicate the reproduction of practices of female silencing carried out by women themselves, who advocate for a mode of subjectivation grounded in conservatism and rooted in sexist discourses. Its maintenance is governed by antifeminist principles that separate women from one another and reject forms of subjectivation that do not conform to a given will to truth (Foucault, 2014). This process, in turn, leads to certain women not being recognized (Butler, 2015) as such, with their lives being apprehended as unworthy and even malignant. In this way, the discourse of female rivalry – constructed over centuries as something natural – is reproduced and reinforced.

KEYWORDS: Antifeminism. Separation. Rejection. Recognition. Campagnolo.

Artigo recebido em: 20.05.2025

Artigo aprovado em: 02.02.2026

1 Introdução

Como sujeitos deixados à margem da ordem do discurso (Foucault, 2014), tendo sua voz invalidada durante longos séculos da história humana, as mulheres se subjetivaram, por meio de um incessante processo de docilização, a partir de princípios androcêntricos que conferem privilégios aos homens. Contra essas relações de poder-saber desiguais e opressivas, é certo que emergiram as resistências – que se dão de forma individual e coletiva, como aquelas que se organizam por meio de movimentos sociais. Porém, em face de um incessante trabalho de reprodução dos mecanismos negativos do poder, construiu-se também um padrão do que é aceitável ou não para os sujeitos femininos, que têm seu gênero validado ou invalidado a depender de sua adesão a certos princípios e ideais de feminilidade. Nesse cenário, enquanto alguns se opõem, outros defendem aquilo que foi construído como sendo “natural”. Voluntária ou involuntariamente, alguns corpos docilizados passam a reproduzir técnicas de dominação que lhes foram impostas. Conforme aponta Bourdieu (2015, p. 46), “[...] os dominados aplicam categorias construídas do ponto de

vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais”.

No campo político-social contemporâneo, marcado por acirrados embates entre vontades de verdade (Foucault, 2014), podemos observar a reprodução de mecanismos opressivos por aqueles que eram seu alvo. Diversas minorias passam a apoiar, assim, representantes e projetos cujos ideais preconceituosos e restritos os atingem diretamente – a curto ou longo prazo. Raça, gênero, orientação sexual, identidade de gênero e classe social são marcadores distintivos na sociedade, que podem determinar o modo como os sujeitos enxergam a si mesmos, são constituídos e tratados. Tomando esta conjuntura como base, neste trabalho damos ênfase ao gênero. Mais especificamente, o gênero feminino e seus modos de subjetivação na atualidade diante do antagonismo – ultraconservador e progressista – que os orienta. Nosso percurso investigativo parte do pressuposto de que mulheres, assim como outras minorias marginalizadas, passam a reproduzir o sexismo, aplicando-o a si próprias e às suas congêneres. Com isso, consolida-se a hierarquização entre os sujeitos, que duelam discursivamente pelo estabelecimento e pela manutenção da sua vontade de verdade (Foucault, 2014).

O objetivo deste trabalho, então, é analisar de que modo se estabelece um embate discursivo entre mulheres, separando e rejeitando certas formas de subjetivação, por meio do discurso antifeminista no cenário político. Para tanto, partimos das manifestações de mulheres políticas em suas redes sociais, realizando uma busca seguida de um cotejamento, para fazer uma seleção de publicações em que se verificam: 1) o discurso antifeminista; 2) a emergência de um comparativo entre sujeitos femininos e 3) a deslegitimação e a rejeição de uma determinada forma de subjetividade feminina em prol de outra. Diante desses critérios, selecionamos um vídeo do Instagram da deputada catarinense Ana Caroline Campagnolo, filiada ao Partido Liberal (PL). A parlamentar publica desde 2019, com o lançamento de seu livro que tem como objetivo mostrar “a verdade sobre o feminismo”, conteúdo de cunho

conservador e antifeminista, por meio de postagens em foto e vídeos (*reels*). Das mais de cinco mil postagens em seu perfil, analisamos um vídeo publicado em outubro de 2024, em que Campagnolo se posiciona contra uma carta de apoio feita por uma coalizão feminista endereçada a Cíntia Chagas – influenciadora que ficou conhecida nas redes sociais por disseminar conteúdo voltado às normas de língua portuguesa, de elegância e de classe – após ela ser vítima de agressão e se divorciar de seu marido, Lucas Bove, deputado também filiado ao PL.

Nossas considerações estão divididas em dois tópicos, além das ponderações iniciais e finais. No primeiro, detalhamos nossos passos metodológicos. Em seguida, apresentamos os principais instrumentos utilizados da “caixa de ferramentas” foucaultiana para a discussão aqui conduzida, como os mecanismos de exclusão por meio do discurso e o conceito de vontade de verdade (Foucault, 2014, 2021). Além disso, ainda no terceiro tópico, apresentamos a discussão desenvolvida por Judith Butler (2015) sobre as vidas que importam e o processo de precarização que alguns sujeitos sofrem, a depender dos enquadramentos que os envolvem. No quarto, mais explicitamente analítico – embora a análise esteja diluída e presente em outras partes do texto –, apresentamos os enunciados e seus modos de funcionamento.

2 O percurso de análise arqueogenealógico

O vídeo cuja análise é nosso foco tem cerca de 10 minutos, mas dada a finalidade e a extensão deste artigo, fazemos a transcrição de apenas alguns trechos, que se materializam em 5 enunciados (denominados de E1, E2, E3, E4 e E5) – os quais foram selecionados considerando os objetivos do artigo e a centralidade da discussão desenvolvida, que gira em torno da rivalidade feminina e a separação entre congêneres, que se verificam por meio do antifeminismo.

Após a seleção e transcrição dos enunciados, o empreendimento analítico se dá por meio do método arqueogenealógico, que se baseia nos estudos de Michel Foucault. Este método consiste na junção de conceitos e procedimentos adotados por Foucault

durante seu percurso de investigações e implica em “analisar formações discursivas, isolando temas, conceitos e objetos considerando seu papel normalizador e disciplinar” (Araújo, 2004, p. 41). Dessa forma, torna-se possível perceber o modo como certos discursos tomados como verdadeiros são, na verdade, o resultado de um processo de construção histórica, cultural e social – muitas vezes consolidado por meio de relações de poder-saber opressivas.

Conforme é comum num empreendimento arqueogenealógico (Foucault, 2020; 2014), como o que realizamos, esses enunciados, embora sejam aqui limitados, encontram-se em um campo associado. Por isso, nossas considerações não se limitam apenas ao vídeo publicado pela deputada. Em vez disso, ampliam-se a um sistema de dispersão, em que verificamos a presença de regularidades em diferentes acontecimentos discursivos (Foucault, 2020).

Assim, o corpus está em constante diálogo com outros enunciados, sejam eles escritos ou imagéticos, podendo ser de autores distintos e se enquadrar em outras dimensões da vida social, para além do campo político. Isso nos permite visualizar o funcionamento de um discurso que circula e produz efeitos em âmbitos diversos, de forma microfísica.

3 Mecanismos de exclusão discursiva, vontade de verdade e reconhecimento

A interdição é um dos mecanismos de exclusão discursiva mais comuns na sociedade. Segundo Foucault (2014), há um certo desnivelamento entre os discursos. Isso se dá porque “[...] não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, [por]que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (2014, p. 9). Olhando para a história e para os desdobramentos em torno daqueles que ousaram se contrapor às normas estabelecidas por aqueles que detinham autoridade, conseguimos enxergar a veracidade dessas palavras. Inúmeras pessoas foram severamente punidas – e algumas até mortas – por expressar ideias contrárias ao que era tido como verdadeiro por governantes e líderes religiosos. Até mesmo no meio científico, a emergência de

teses novas, que lançam por terra aquilo que havia sido firmemente estabelecido como fidedigno não é facilmente aceito.

Se nas condições ideais, isto é, que autorizam a emergência de discursos em congruência com determinadas vontades de verdade, nem todos são autorizados a falar e a entrar na ordem discursiva, quando aplicamos a estas exclusões um recorte de raça, classe e gênero, a interdição torna-se ainda mais evidente. É precisamente por este motivo que há relativamente poucos relatos de mulheres feitos por elas mesmas. Posto que não eram consideradas aptas à fala pública, tornaram-se aquelas sobre quem se fala e não as próprias falantes. Com isso, proliferaram-se incontáveis discursos que tomam o gênero feminino como objeto, dizendo como deveriam se comportar e pensar (Perrot, 2019). Os efeitos desse silenciamento são sentidos até hoje, apesar das batalhas intensas e incessantes em prol dos direitos das mulheres. As conquistas feitas são, a todo momento, ameaçadas. As tentativas de interdição continuam acontecendo – em diferentes níveis, tantas quantas são as relações de poder-saber ao redor do mundo.

Na medida em que as mulheres passaram a compor o cenário da vida pública, assumindo inclusive cargos políticos, o poder é exercido com fins opressivos de maneira mais insidiosa. Assim, embora ocorram ainda tentativas explícitas e diretas de excluí-las da dimensão que antes era relegada apenas aos homens, estratégias menos visíveis são utilizadas para invalidar sua participação nessa esfera e o que por elas é dito e feito. Isso se dá por meio de outro mecanismo de exclusão discursivo: “não mais a interdição, mas uma separação e uma rejeição” (Foucault, 2014, p. 10). Para exemplificar o funcionamento dessa técnica, Foucault usa a razão e a loucura, apontando a distinção feita entre o que era dito por quem era considerado são e insano. A palavra do louco não era digna de ser realmente escutada, pois era irrazoável, sem sentido e, logo, sem valor. Quando ocorria de ser ouvida, podiam atribuir-lhe o caráter de uma verdade secreta, quase mística, que se manifestava no que era proferido pelo louco, decifrando-se nela “[...] uma razão ingênua ou astuciosa, uma razão mais razoável do que a das pessoas razoáveis” (Foucault, 2014, p. 11). De uma forma ou de

outra – ilógico ou misticamente verdadeiro – a palavra do louco era separada, não podendo circular e fazer parte da mesma ordem que as demais. Ainda que pudessem falar, sua voz não era acolhida, aceita ou sequer considerada. O louco, porém, não foi o único a ser atingido por esse sistema de exclusão.

Similarmente, as mulheres sofrem os efeitos desse mecanismo de exclusão nos dias atuais. A participação feminina na política – direta e indireta – é um fator que mascara essa realidade. Poder se candidatar, assumir um cargo e exercer as funções relativas a ele, de representação dos cidadãos na sociedade, pode servir como um pretexto para se afirmar que não há mais opressão e que, em vez disso, as mulheres usufruem dos mesmos direitos que os homens. Mas ao passo que falam e se posicionam, sobretudo em um contexto radicalmente polarizado, percebemos que a voz da mulher continua a ser alvo de tentativas de silenciamento e exclusão. Conforme aponta Braga (2024, p. 217), “[...] a despeito das modificações ocorridas em discursos e em modos de atuação do *dispositivo de silenciamento das mulheres*, é certo que sua presença e seus efeitos estão ainda presentes em nossos dias”.

Em um cenário de embates discursivos pela verdade, a separação e a rejeição não se estabelecem somente por meio dos sujeitos que antes eram os protagonistas da cena pública. A esfera política brasileira, que atualmente se equilibra entre perspectivas ultraconservadoras e progressistas, é palco de ideias extremamente antagônicas de cunho social. Os discursos que circulam, então, colocam em cena a questão do poder, como “[...] um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política” (Foucault, 2020, p. 148). Nesse sentido, observamos uma batalha pela hegemonia de um saber e o prevalecimento de um discurso em detrimento de outro.

Os sujeitos, então, passam a emitir seus posicionamentos, impregnados de ideais contrastantes sobre o modo de vida uns dos outros. No caso das mulheres, isso pode ser visto por meio de discursos feministas e antifeministas – de forma mais ou menos explícita, direta ou indireta. Este último defenderá certos padrões de gênero

como sendo o modo correto e “natural” de ser e estar no mundo, enquanto aquele, de forma geral, advoga em favor da igualdade e da liberdade feminina, sem seguir imposições. Ambos os discursos, porém, intitulam-se e circulam como verdadeiros. É neste ponto que é crucial lembrar que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder [...]”, (Foucault, 2021, p. 51). Ela emerge dentro de um regime envolto de coerções e regulamentos. Segundo Foucault (2021, p. 52),

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (Foucault, 2021, p. 52).

Em sua constatação, o filósofo francês toma como base uma sociedade que tem um regime de verdade formado por conjuntos de discursos considerados verídicos. Isso faz com que, ainda que existam ideias diversas, algumas sejam desconsideradas. Em nível nacional e internacional, podemos observar isso na prática com a multiplicidade de posicionamentos, muitas vezes antagônicos e radicais entre si. Dessa forma, temos discursos opostos circulando ao mesmo tempo, duelando para se estabelecer como melhor e “mais verdadeiro”. Cada um deles funciona dentro de uma formação discursiva específica (Foucault, 2020), que se alinha a determinados regimes de verdade. Por isso, se faz necessário interrogar quais os efeitos – positivos e negativos – perpassam esses discursos que tomam a mulher como base para disseminar uma dada verdade.

Diante dos saberes dos quais decorrem, na conjuntura contemporânea, relações de poder produtivas e opressivas, que incidem sobre os sujeitos e os constituem, percebemos, ao voltar nossa atenção para o modo como eles se posicionam, algo que é regular: a deslegitimação. A filósofa norte-americana Judith Butler, nessa esteira de pensamento, aponta, em congruência com o pensamento foucaultiano de separação e

rejeição (Foucault, 2014), que existem sujeitos à margem da sociedade não apenas pelas condições materiais e econômicas, mas pelo modo como são encarados, que os constitui e os limita. Se, conforme aponta Butler (2015), as normas constituem os sujeitos, definindo seus termos, em um contexto de ideias opostas, o reconhecimento¹ dos sujeitos não será igual para todos. Para a autora, é isso que explica o modo como algumas vidas são precarizadas de forma naturalizada, sem questionamento ou importância. Desse modo, “há ‘sujeitos’ que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há ‘vidas’ que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas” (Butler, 2015, p. 17). O que é preciso, então, para que se obtenha o reconhecimento?

Somente alinhando-se aos saberes e normas é que se pode ser reconhecido dentro de um regime de verdade e ser incluído como um sujeito na sociedade, usufruindo de direitos e deveres. Do contrário, acontece o processo de deslegitimação, que se dá quando há a percepção da existência de alguns sujeitos, mas sem apreendê-los como dignos, tornando-se vidas que não são passíveis nem mesmo do luto. Isso pode ser percebido por meio dos assassinatos cometidos contra a vida de pessoas trans, por exemplo, que quando noticiados, são justificados com comentários que os desqualificam como aberrações e não seres humanos. Algo similar acontece com os sujeitos femininos. Ao não se encaixar em determinados enquadramentos, elas são deslegitimadas e podem não ser consideradas mulheres de fato. Sua vida é, assim, apreendida como existente, mas lhe é indeferido tudo que está relacionado ao gênero

¹ Judith Butler utiliza duas categorias para falar sobre o modo como os sujeitos podem ser encarados na sociedade: *reconhecimento* e *apreensão*. Esta última é “um modo de conhecer que ainda não é reconhecimento” (Butler, 2015, p. 21), afinal, pode-se conhecer um sujeito e não lhe atribuir o devido ou merecido valor. O *reconhecimento*, derivado de textos hegelianos, por outro lado, é algo mais profundo, pois trata da legitimação e validação dos sujeitos, que se dá por meio de outros e de estruturas sociais. Para exemplificar: Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, pode apreender as vidas dos imigrantes como indignas e irrelevantes, mas ainda assim, elas ainda são percebidas ou apreendidas como vidas, como pessoas que existem – ainda que naquele contexto não seja reconhecido como digno de direitos dos quais os estadunidenses gozam. Os norte-americanos natos, por outro lado, são reconhecidos como sujeitos de direito e até mesmo são enquadrados como superiores aos cidadãos de outras nações.

feminino, pois não se reconhece-a como sendo – para usar os versos da canção *Ai que saudade da Amélia*, lançada na década de 40, mas ainda atual – “mulher de verdade”.

Nessa perspectiva, o conceito de verdade (Foucault, 2014; 2021), aplicado aos sujeitos femininos, atua na deslegitimação das mulheres e de suas práticas, validando-as ou invalidando-as. Em um cenário de diversidade, somado aos discursos extremamente polarizados, ocorre um embate político-social que intensifica a separação e a rejeição – dos discursos e dos sujeitos. Isso, por sua vez, resulta na perpetuação do processo de invalidação pelas próprias mulheres, que se alinham ao discurso da rivalidade feminina como sendo algo natural. Tal como aponta hooks (2019, p. 79), “Fomos ensinadas que as mulheres são inimigas ‘naturais’ umas das outras, que a solidariedade nunca irá existir entre nós porque não sabemos nem devemos nos unir. E essas lições foram muito bem aprendidas”. Assim, ao reproduzir a opressão que lhes foi imposta e naturalizada ao longo da história, as mulheres aplicam-na contra suas congêneres, silenciando-as. Dessa forma, mesmo que as mulheres tenham voz, o que é dito por elas, a depender do que e como é dito, pode não ser reconhecido e legitimado por outros – sejam homens ou mulheres. Isso pode ser verificado por meio do discurso político e dos suportes no qual ele é veiculado, como as mídias digitais.

A internet e as redes sociais permitem um acelerado e incessante compartilhamento de informações. Figuras públicas, como políticos, utilizam essas plataformas para compartilhar seus feitos, projetos e opiniões. Conforme pontua Nascimento (2022, p. 45), essas plataformas são usadas de maneira estratégica, “[...] beneficiando as candidaturas dos representantes populistas de direita, uma vez que estes conseguem atuar nestes *médiuns* para firmar relações diretas com os cidadãos, escanteando a mediação da imprensa”. No Brasil, em um movimento que parece ter sido alavancado com as eleições presidenciais de 2018, utilizando as redes para veicular propagandas e conteúdo político falacioso, popularizou-se o uso de memes, *trollagens* (Nascimento, 2022), vídeos curtos e fotos com dados fora de contexto como

fonte de referência. Ali, a vitória da extrema-direita com o ex-presidente Jair Bolsonaro deveu-se, em grande parte, a essa estratégia que, desde então, vem sendo empregada por seus apoiadores e, recentemente, pelo atual presidente Lula, juntamente com seus adeptos². Não é incomum, então, vermos perfis voltados para a disseminação de vontades de verdade ultraconservadoras que têm mulheres como suas administradoras. Muitas delas, no ramo político, contam com milhares de seguidores e publicam, regularmente, material que ataca as formas de subjetividade femininas que não seguem o padrão que consideram ideal. Esse é caso da deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL).

Como parlamentar, Campagnolo defende políticas neoliberais e hasteia incansavelmente a bandeira do antifeminismo, sendo esta sua principal pauta. O conteúdo disseminado pela deputada em seu perfil no Instagram³, que conta com mais de 2 milhões de seguidores, é alicerçado nessa temática. Elaborados vídeos – que contam com edição profissional, sobreposição de imagens, trilha sonora e um script bem definido – são publicados semanalmente. Seja comentando acontecimentos do meio político-partidário, abordando aspectos da vida das mulheres na atualidade ou fazendo propaganda de seus livros e plataformas de cursos, é regular seu ataque ao feminismo e às feministas. Em sua fala, mulheres adeptas ao movimento só podem ser vistas de duas formas: “perversas” ou “enganadas”. Em qualquer uma das hipóteses, elas não são autorizadas a entrar na ordem discursiva. São mencionadas apenas com fins pedagógicos, para que se evidencie seu “aspecto maligno” e se ateste seus malefícios para a sociedade. Dessa forma, suas vidas são apreendidas (Butler, 2015) como inferiores e, a elas, não é delegado o direito de fala, devendo se estabelecer uma separação e rejeitar tudo que delas provém.

² Basta olhar os perfis oficiais do presidente e de órgãos federais para perceber a tentativa de se adequar à linguagem utilizada pelas figuras da extrema-direita e seus vídeos curtos.

³ Perfil oficial: @anacampagnolo. Disponível em: <https://www.instagram.com/anacampagnolo/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Sob essa conjuntura, não importa o que dizem. Mesmo que não apresentem um argumento contra o conservadorismo e seus desdobramentos àquelas que aderem a ele em suas práticas, os sujeitos que articulam pautas feministas são desqualificados e desautorizados à fala.

4 Quem está autorizado a demonstrar solidariedade no discurso político?

“[...] Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo” (Foucault, 2014, p. 35).

Quando a Coalizão Nacional de Mulheres, em seu perfil no Instagram⁴, divulgou uma carta em apoio a Cíntia Chagas após a influenciadora ter obtido uma medida protetiva contra seu ex-marido⁵, Lucas Bove, filiado ao Partido Liberal (PL), a deputada Ana Caroline Campagnolo (PL) resolveu pronunciar-se em seu Instagram. Um dia depois da mensagem de solidariedade endereçada à vítima de agressão, Campagnolo publicou um vídeo de 9 minutos e 48 segundos. O assunto abordado, porém, era mais um ataque às mulheres que se posicionaram a favor de Chagas do que uma demonstração de apoio à sua congênera. De fato, como se observa na legenda do *reels* publicado (“Sobre todo esse burburinho em torno do divórcio da Cíntia Chagas.”⁶), seu objetivo não era se compadecer, mas emitir seu próprio parecer a respeito de tudo que se falava a respeito da separação. Mais especificamente, seu

⁴Perfil: @coalizao_nacional_de_mulheres. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/DA9xVijPncX/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁵ Cíntia Chagas foi agredida pelo marido sete meses após o casamento e prestou denúncia. O caso segue em sigilo, mas após a repercussão tomada em torno do divórcio e da medida protetiva, ela concedeu uma entrevista à Marie Claire e relatou que foi vítima de violência doméstica, psicológica, injúria e perseguição. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/violencia-de-genero/noticia/2024/10/entrevista-exclusiva-cintia-chagas-violencia-domestica-lucas-bove-deputado.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DBARRwnOa98/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

intuito era rebater e invalidar o conteúdo da carta feminista, usando como ensejo a separação de Cíntia.

Para introduzir o assunto do qual deseja tratar, ela direciona uma pergunta àqueles que lhe assistem: “o que o divórcio da Cíntia Chagas tem a ver com política e religião?”. Prossegue, então, falando da publicação feita no dia anterior pelas feministas.

E1:

“[...] Ela recebeu uma carta de uma coalizão feminista. *Na maior cara-de-pau* a carta também diz o seguinte: ‘Quando afirmamos que as mulheres não devem ser submissas aos homens, estávamos nos referindo a isso, não se submeter a injustiças, à indignidade, ao desrespeito’. [...] *As feministas mentem* muito peremptoriamente sobre isso.”.

Como observamos no recorte E1, sua fala se inicia com a demonstração do conteúdo central: a carta de apoio das feministas. A deputada até mesmo cita integralmente um trecho do que foi escrito, mas antecede a citação direta com a expressão “cara-de-pau”, que qualifica as remetentes como pessoas descaradas e atrevidas. Insinuando uma conduta hipócrita, Campagnolo segue afirmando que “as feministas mentem muito peremptoriamente sobre isso”, evidenciando a suposta falsidade das mulheres que aderem ao movimento. Segundo a deputada, as mentiras das feministas assumem um caráter rigoroso e definitivo pelo uso do adjetivo “peremptório” acrescido do sufixo “mente”, que transforma a palavra em um advérbio de modo e indica também o modo categórico com que as mentiras a respeito da igualdade são contadas.

É como se a simples denominação “feminista” servisse como uma marca de depravação, tornando qualquer posicionamento feito pelos sujeitos que assim se descrevem como passível de desconfiança. Dessa forma, a deputada desqualifica não só o conteúdo da publicação feita pelas feministas, mas toda a luta feita pelo movimento que, segundo a vontade de verdade antifeminista, está contaminada desde

sua base. Para continuar dando provas da irreparabilidade do movimento, Campagnolo segue apontando motivos para desacreditar a ação das feministas.

E2:

“A carta também fala de igualdade de direitos e obrigações e isso é *absolutamente mentiroso da parte das feministas*. [...] Não é verdadeiro dizer que o feminismo só quer igualdade, essa carta tá toda errada. Quem de fato defendeu a igualdade e dignidade entre homens e mulheres sempre foi a cristandade”.

Retomando o conteúdo da carta, ela continua associando a luta por igualdade à falsidade, dessa vez utilizando o advérbio de modo “absolutamente” para intensificar o adjetivo “mentiroso” que é direcionado às feministas. Campagnolo mobiliza um repertório de palavras de teor negativo e põe em cena a todo momento os conceitos de verdadeiro e falso. Desse modo, faz emergir uma divisão que não se limita a ideais e crenças, mas aos próprios sujeitos, que são postos em confronto a partir do posicionamento que tomam – nesse caso, sobre o modo de subjetivação da mulher, que é feminista ou antifeminista. A separação, mecanismo de exclusão que se dá por meio do discurso, conforme indica Foucault (2014), se intensifica ainda mais pelo uso da locução adverbial “de fato”, ao falar sobre aqueles que, segundo ela, realmente se empenharam pela igualdade: a cristandade.

O livro sagrado dos cristãos realmente fala sobre um Deus que é imparcial e justo, não fazendo distinção entre as pessoas⁷. Seu filho, Jesus Cristo, segundo os relatos da Bíblia, ia na contramão dos líderes religiosos de sua época e mostrava misericórdia àqueles que ficavam à margem e eram recriminados – como doentes, pecadores, cobradores de impostos e mulheres, até mesmo prostitutas, pessoas recriminadas. Historicamente, porém, as religiões cristãs se valeram de interpretações bíblicas que favoreciam certos grupos, dado o vínculo entre Estado e Igreja, mantendo sob controle os indivíduos e normatizando as condutas para seu benefício próprio. É

⁷ A carta do apóstolo Paulo aos romanos, no capítulo 2 e versículo 11, diz: “Pois com Deus não há parcialidade” (Romanos 2:11).

precisamente do cristianismo que se origina o poder pastoral. Esse tipo de poder, de acordo com Michel Foucault (1995), atua sobre os indivíduos não de forma coercitiva, mas por meio de um “cuidado” que os conduz. Na figura do líder religioso, o pastor que cuida do rebanho, se tem um guia para a vida cotidiana e todas as escolhas a ela inerentes. Estas, por sua vez, são monitoradas e orientadas, moldando os sujeitos para determinadas formas de subjetivação e não outras. Diante disso, a tese apresentada pela deputada como irrefutável cai por terra, pois ainda que use do poder atribuído à Bíblia para atestar a veracidade de suas palavras, muitos dos que se dizem seguidores de Cristo, neste caso, agem em inconformidade com o que está escrito em seu livro sagrado.

É interessante, porém, o modo como a instauração da separação resulta em uma exaltação de um determinado grupo em prol de outro. Ao passo que enaltece o conservadorismo e sua busca pela igualdade – usando a “cristandade” como suporte –, Campagnolo deslegitima as batalhas travadas pelo feminismo e seus adeptos, desqualificando-os. Sob essa perspectiva, eles são falsos, mentirosos, imorais e indignos de confiança. Suas vidas e, por sua vez, seus discursos, não tem o mesmo valor. Segundo a vontade de verdade antifeminista, as mulheres feministas estão erradas e querem, por meio do movimento, desencaminhar outros, conforme se verifica no que a deputada fala a seguir.

E3:

“[...] E é por causa dessa consideração a respeito desse tema político, é que eu me pronuncio a pedir que ela não ceda ao canto da sereia, ou nesse caso ao *canto das baleias*, né, esquecendo de todo o *mal que o feminismo representa*”.

Justificando seu pronunciamento como sendo uma forma de consideração “por esse tema político” – que se tratava, inicialmente, da demonstração de apoio a uma mulher vítima de violência –, ela pede que Cíntia Chagas não se deixe levar pelas palavras das feministas. Além de tudo que já afirmou, associando o feminismo à perversidade, dessa vez, ela apela para que Chagas não ceda ao “canto da sereia”. A

expressão remete às belas e perversas criaturas mitológicas que usam sua voz para seduzir marinheiros e por fim matá-los. Em *Odisseia*, de Homero (2011, XII, p. 320), Odisseu é alertado sobre o perigo das sereias e sobre o que deveria fazer para, juntamente com seus homens, resistir a elas: tampar seus ouvidos com cera ou, em um caso mais drástico, ser amarrado ao mastro da embarcação, a fim de não cair no encanto proveniente das belas e sedutoras vozes das sereias. Ao retomar esta narrativa, Campagnolo indica como o discurso feito pelas feministas, embora bonito, está envolto de fins maléficos, de modo que atribuir-lhe legitimidade poderia ser trágico para Cíntia, tal como foi para os pescadores que se deixaram seduzir pelo som místico das sereias. A deputada, porém, logo faz uma troca no substantivo usado. Como se estivesse corrigindo a si mesma por chamar as feministas de sereias, que são criaturas de beleza encantadora, embora perigosas, ela afirma que, nesse caso, o mais apropriado seria “canto das baleias”. A substituição do substantivo faz com que os insultos anteriormente proferidos atinjam outro patamar. Eles saem do campo dos saberes e do abstrato, para repousar na esfera daquilo que é tangível, onde o poder incide diretamente: o corpo.

Pensando na diferença entre os dois seres, sereias e baleias, verificamos que o objetivo de Campagnolo é rebaixar a aparência física das feministas, que embora sejam ardilosas como as sereias – por meio de palavras sutis e enganosas –, em nada se assemelham a elas no quesito beleza. Ao compará-las a baleias, animais marinhos gigantescos, que comumente são utilizados para ofender alguém com base em seus atributos físicos, especificamente seu peso, a deputada implicitamente indica que as feministas são, além de perversas, gordas. Os atributos negativos, na realidade, estão interligados e culminam na desqualificação e fomento do discurso de rivalidade feminina, que perdura há séculos. Na mitologia grega, por exemplo, até mesmo as deusas – criaturas belas e sem defeito físico – envolviam-se em tramas e discussões em prol da beleza. Conforme apontam Graves (2018) e Piovezani e Braga (2024), foi o pomo de ouro para “a mais bela” das deusas o pontapé inicial para a discórdia entre

Hera, Atena e Afrodite, que buscaram, em meio a muitas artimanhas, ganhar o título. Além de apresentarem seus corpos a Páris, mortal considerado digno de julgá-las imparcialmente, as divindades usaram sua voz para fazer ofertas corruptas ao designado árbitro da beleza. Nessa competição, venceu aquela que melhor soube articular sua beleza e sua língua, isto é, os artifícios discursivos mobilizados por meio linguagem. E é algo parecido que confere a insígnia da beleza às mulheres na atualidade, ao passo que se exige uma combinação entre o corpo, as ações e as atitudes, que se mobilizam por meio do que é expresso em seus posicionamentos.

Nesse sentido, é precisamente o saber feminista que, com sua luta pela igualdade e pelo direito feminino de subjetivar-se segundo suas vontades – sejam elas orientadas por discursos e formações discursivas conservadoras ou progressistas –, faz com que as mulheres do movimento se afastem dos valores morais e dos princípios de feminilidade, que tornam, numa perspectiva conservadora, a mulher bela e atraente. É por este motivo que as mulheres que não se encaixam no padrão estabelecido como ideal – que precisa, primeiramente, evidenciar-se no nível de suas ações, orientadas pelos “[...] valores morais de pudor, obediência, polidez, renúncia, sacrifício... que tecem a coroa das virtudes femininas” (Perrot, 2019, p. 93) – não são consideradas bonitas. Por meio da incidência de um poder (Foucault, 2020) negativo sobre o corpo das mulheres feministas, que as rotulam ao mesmo tempo em que são feitas imposições estéticas, estabelece-se uma separação entre os sujeitos femininos não somente com base em seus posicionamentos de cunho social, mas também em sua forma física.

Em outro vídeo postado pela deputada, as imagens escolhidas e exibidas ao falar sobre as mulheres feministas demonstram bem a relação que se estabelece entre beleza e saber, tanto externa quanto internamente. Em outubro de 2023, para anunciar sua parceria com a Vide Editorial, editora que tem o “selo antifeminista” em suas publicações, a deputada apresenta um texto curto sobre a presença do feminismo em

todas as esferas sociais e o quanto isso é preocupante. Ao passo que sua voz ecoa, diferentes mulheres aparecem, praticando atividades diversas.

Figura 1 – 0:03s - Mulher feminista.



Fonte: Instagram⁸

Figura 2 – 0:05s - Mulheres feministas.



Fonte: Instagram⁹

A primeira cena a aparecer após a figura de Ana Campagnolo é a de uma mulher branca, gorda, de cabelo curto, comendo um hambúrguer. Suas expressões faciais, que podem ser observadas numa exibição de, no máximo, 3 segundos, revelam alguém que saboreia a primeira mordida de um prato muito apreciado. A figura da mulher, porém, em nada se liga ao que é dito por Campagnolo, que fala sobre o feminismo estar em toda a parte – como “novelas e telejornais” – no momento em que sua voz se sobrepõe e converge com a imagem. Mas não é por acaso que essa cena aparece no vídeo, justamente no momento em que aparece. Antes, constitui uma escolha previamente planejada para alcançar um fim: atrelar a imagem das feministas a algo indesejável que, nesse caso, se constitui como o corpo gordo.

A imagem do sanduíche atrelada à feminista retoma outros acontecimentos, conforme a constelação enunciativa descrita por Foucault (2020) para falar do campo associado. Durante a CPI do MST, em 2023, Sâmia Bomfim, em uma das interrupções

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyBagAvu6e3/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CyBagAvu6e3/>. Acesso em: 14 de abr. 2025.

que sofreu, foi questionada: “A senhora está nervosa, deputada? Quer um remédio? Ou quer um hambúrguer?¹⁰”. A deputada feminista não tem apenas sua fala invalidada. Por meio da interrupção provocativa, seu próprio corpo é deslegitimado e posto como inadequado para aquele lugar. A oferta do hambúrguer como algo para acalmar o suposto nervosismo deixa uma mensagem indireta: feministas são descontroladas, gordas e feias.

Numa sociedade que cultua a magreza como característica determinante da beleza, em que as mulheres são incentivadas a estarem numa busca incessante para atingir o corpo ideal, aquelas que estão teoricamente acima do peso – como a mulher que aparece nos primeiros segundos do vídeo – são exemplos daquilo que se deseja evitar. Como uma forma de tentar minimizar o ataque e dar-lhe uma justificativa, o corpo gordo muitas vezes é usado para evidenciar a atitude das pessoas que não se cuidam e não praticam o autocuidado. Logo, pessoas gordas são duplamente atingidas pela insígnia da feiura: primeiro, por terem uma aparência física desagradável; segundo, por não terem zelo por si próprias e não cuidarem da própria saúde, se entregando aos desejos e ao pecado da gula – tal como faz a mulher que aparece na cena em questão. Que mulher poderia demonstrar tamanha falta de atenção à sua aparência e entregar-se tão avidamente aos prazeres da carne? Na formação discursiva (Foucault, 2020) conservadora e antifeminista, somente as mulheres feministas. É por este motivo que, ao falar sobre o feminismo, tanto no vídeo publicado em 2023 quanto o mais recente, de 2024, o discurso gordofóbico está presente – de forma indireta e direta, respectivamente –, demonstrando a relação estabelecida entre enunciados que funcionam em rede (Foucault, 2020).

A cena que aparece logo em seguida exhibe o modo como as feministas são encaradas de modo negativo, mesmo quando são magras. Como pode-se observar na

¹⁰ SILVA, Camila da. Presidente da CPI do MST faz nova declaração machista e gordofóbica contra Sâmia Bomfim. *Carta Capital*, 03 ago. 2023. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/samia-acionara-pgr-contr-o-presidente-da-cpi-do-mst-por-declaracao-machista-e-gordofobica/>. Acesso em: 14 abr. 2025.

figura 2, duas mulheres aparecem segurando um cartaz onde é possível ler “GIRLS POWER” – frase que foi altamente atrelada ao feminismo e ao movimento de protagonismo feminino –, um cacetete e um megafone, numa postura supostamente autoritária e violenta. A representação faz alusão aos protestos mobilizados por mulheres, que muitas vezes saem às ruas fazendo reivindicações. Embora nesse cenário não haja nenhuma problemática explícita envolvendo a aparência físicas das figuras que aparecem, quando associamos o que é dito às imagens, percebemos a crítica, que indiretamente caracteriza as feministas como pessoas feias. Isso porque, conforme apontamos anteriormente, a beleza da mulher não vem apenas do seu exterior, mas de seus princípios, que devem reger seu modo de pensar e agir. Nessa perspectiva, a mulher que não se adequa ao seu “papel natural” e vai às ruas protestar e manifestar seu descontentamento, está agindo em desacordo com aquilo que é atribuído a ela, isto é, tarefas na esfera do lar e dos cuidados. Tal mulher, ainda que se encaixe no padrão de magreza, não pode ser considerada bela.

Campagnolo não é a única a fazer associação das características físicas e emocionais da mulher como o caminho para a beleza “verdadeira”. Fran Pecóis é a idealizadora do clube *Bela&feminina*, divulgado em seu Instagram como o caminho para abandonar o padrão imposto pelo mundo e tornar-se a mulher que “você foi criada para ser”¹¹. Ela descreve a si mesma como uma mulher que, no passado, viveu como empoderada. Mas, devido aos prejuízos que teve, como adoecimento e queda de cabelo, entrou numa “jornada de estudos acerca da *feminilidade e sabedoria feminina*”¹² que fizeram com que ela conseguisse ajudar milhares de mulheres a resgatar sua feminilidade. Em seu perfil, que conta com mais de 180 mil seguidores, ela produz conteúdo voltado para mulheres, dando dicas de feminilidade – como ser bela (por

¹¹ Referência à última imagem do carrossel de fotos em sua postagem feita em 14 de agosto de 2024 sobre mulheres que não se intitulam femininas, mas agem como tal. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-pyexTOUCK/?img_index=16. Acesso em: 24 mar. 2025.

¹² Transcrição de um trecho da publicação “Quem é a criadora do ‘Bela&Feminina’”, no Instagram. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CqTCGwYOZa/?img_index=1. Acesso em: 24 mar. 2025.

dentro e por fora), como manter um bom relacionamento e como satisfazer seu cônjuge – para evitar ser uma mulher “modernete” e tornar-se virtuosa. Em uma de suas postagens mais recentes, ela aborda a temática do corpo.

Figura 3 – Falta de feminilidade e aparência física.



Fonte: Instagram ¹³.

A postagem traz a imagem de uma mulher que se olha no espelho insatisfeita com sua projeção, conforme se observa em sua expressão facial de descontentamento. Com a calça aberta, ela segura o abdômen. Sobreposto à figura feminina, um quadro em branco aponta a pauta da postagem: “A falta de feminilidade te faz engordar e você nem se dá conta”. Há, neste caso, a associação explícita dos saberes à forma física. Na linha de raciocínio que decorre do enunciado verbo-visual, a beleza provém da magreza que, por sua vez, está diretamente relacionada à feminilidade. É somente a mulher feminina – e não a feminista – que conseguirá ser bela. Dessa forma, percebemos a regularidade entre os enunciados que, embora dispostos em um sistema de dispersão temporal, enquadram-se em uma formação discursiva antifeminista e altamente conservadora, que perpetua a separação entre os sujeitos femininos e rejeita aqueles que não se alinham aos padrões estabelecidos.

¹³ Disponível em: https://www.instagram.com/p/DHlaK_1uDWv/?img_index=1. Acesso em: 24 mar. 2025.

Há, nesse caso, além da animalização impetrada por Campagnolo, que confere falta de beleza às feministas, a reprodução de um discurso preconceituoso, que confere a todas as mulheres que não são magras a insígnia da feiura. O teor gordofóbico de seu comentário produz também um efeito de generalização negativa, que faz com que os sujeitos femininos sejam separados e rejeitados por suas escolhas sociopolíticas e também físicas. Assim sendo, numa perspectiva conservadora e antifeminista como a que defende Campagnolo, uma mulher bonita deve ser a junção de aspectos físicos e psíquicos. Nesse cenário, mulheres feministas são feias e mulheres conservadoras (e antifeministas), por sua vez, bonitas. Contudo, o feminismo não é apenas um movimento cujos ideais são pervertidos a ponto de impactar a aparência de seus adeptos, tornando-os desprezíveis. Trata-se, com a junção desses fatores, de algo maléfico contra o qual há que se lutar. Por isso, a deputada relembra “todo o mal que o feminismo representa” e solicita que Cíntia tome posição contra ele e suas adeptas.

E4:

“As feministas estão usando seu sofrimento para provar que você estava errada ao defender um princípio bíblico no mais clássico estilo passivo-agressivo: *fingem* que estão passando a mão na sua cabeça quando, na verdade, querem desconstruir tudo aquilo que você disse que acreditava”.

Deslocando-se da esfera corporal, Campagnolo passa a dar ainda mais ênfase ao modo de agir das congêneres feministas. Ela aponta para o modo como o grupo que escreveu a carta de apoio está se valendo do momento difícil pelo qual a influenciadora está passando para enganá-la. Ao afirmar que agem de forma passiva-agressiva, a deputada indica que as feministas, a despeito do que dizem explicitamente, estão na verdade nutrindo um sentimento de raiva por Cíntia Chagas. Mais ainda, com isso, ela insinua que elas estão contentes com o divórcio e com a agressão sofrida pela ex-mulher de Lucas Bove. Tudo isso, na perspectiva de Ana Campagnolo, não passa de uma estratégia para fazer uma mulher assumidamente conservadora e defensora dos papéis de gênero tornar-se receptiva ao feminismo. O mínimo acolhimento por parte

de Chagas, ainda que somente para agradecer em seu perfil, daria espaço para a “palavra do feminismo” se espalhar e crescer – especialmente entre seu público, que a acompanha por compartilhar dos mesmos valores e perspectivas –, levando aqueles que visualizassem a pensar que talvez haja algo de bom no movimento feminista. Diante disso, o apelo da deputada tem um caráter de urgência. É preciso identificar as artimanhas dessas mulheres fingidas e rejeitá-las.

Nesse sentido, a fala de Campagnolo assume o tom de alerta. Como alguém que se coloca ao dispor de uma pessoa necessitada e fragilizada, incapaz de enxergar com clareza, a deputada emerge como aquela que tem boas intenções e usa o que tem ao seu alcance para ajudar. Sua voz é direcionada a Cíntia, mas ao passo que o vídeo é postado publicamente para milhões de pessoas – e não enviado em uma mensagem direta –, passa a ter não apenas uma destinatária. Todos que visualizarem, ainda que não por completo, são direcionados a pensar no grande perigo que está por trás do que é dito pelas feministas, que seriam como “lobos em pele de cordeiro”. Por meio dessa desqualificação dos sujeitos e do que é proferido por eles, aqueles que têm contato com o discurso de exclusão antifeminista serão levados a nutrir um sentimento de rejeição. Assim, Campagnolo instaura um movimento de separação entre os sujeitos femininos, desqualificando e invalidando a fala pública de mulheres que supostamente não pensam e se alinham aos ideais conservadores. É assim que Campagnolo atua na manutenção do discurso de rivalidade feminina.

Mesmo quando não falam sobre pautas de gênero explícitas, como a questão da submissão feminina, elas são deslegitimadas. Até mesmo em sua interação solidária, na condição de sujeitos que partilham de sofrimentos em comum – como a violência, em suas muitas formas e níveis, que atinge as mulheres –, elas são consideradas inaptas. No discurso de Campagnolo, a fala da mulher feminista, então, é apreendida como inferior, pois as próprias feministas não são reconhecidas como seres humanos. Como tal, são incapazes de se importar com algo além de suas próprias pautas que teriam por finalidade a total degeneração da sociedade. Por este motivo, sua fala é

caracterizada como uma farsa. É nesse contexto que Campagnolo, mais uma vez, colocando-se numa posição elevada em comparação àquelas a quem desfere tantas críticas, articula a imagem de si mesma em oposição àquelas que só tem a oferecer falsidade.

E5:

“E o que eu quero te dizer é: eu participo e entendo de fato, sem essa expressão sororidade e empatia que elas usam tanto. Eu participo de fato do que você pode estar sentindo ou pensando. E o apelo que eu te faço é: não negocie os teus valores por um momento de fragilidade, certo? Ainda mais porque *elas não têm nada a te oferecer a não ser palavras vazias*”.

Em tom de conclusão, a catarinense reforça aquilo que expôs ao longo de quase 10 minutos: as feministas são mentirosas e não se pode confiar nelas. Por outro lado, ela é diferente. Longe da hipocrisia feminista, Campagnolo se coloca como alguém que verdadeiramente entende a dor de Cíntia Chagas. Usando 4 vezes o termo “eu”, primeira pessoa do singular, que se contrasta com “elas”, terceira pessoa do plural, mantém-se explícito o desejo de separação entre congêneres. Até mesmo os termos que usa para descrever seu apoio são diferentes. Enquanto a sororidade – sentimento de fraternidade entre mulheres pelas causas em comum que as unem – é associada a algo negativo por ser usada entre os coletivos feministas, Campagnolo garante seu apoio naquilo que parece ser argumento de autoridade pelo seu próprio exemplo. Ela afirma que participa do que Cíntia está sentindo, pensando e entende “de fato”. Apesar do que diz, não apresenta nenhuma situação que sustente sua tese. O que utiliza para convencer aquela a quem se dirige e os demais espectadores reside em toda sua fala ao longo do vídeo, em que apresenta os motivos pelos quais as feministas não são confiáveis.

Ao induzir aqueles que assistem a ver o feminismo como um movimento de manipulação, cujas adeptas são mulheres interessadas em destruir a moralidade e os bons costumes, a desqualificação emerge mais uma vez. Com ela, vem também a reprodução do discurso de rivalidade feminina, fazendo com que feministas sejam

colocadas de um lado e, femininas, de outro. Desse modo, a deputada pode dar continuidade ao processo de distinção entre conservadoras e progressistas, colocando-os em discórdia.

Em seu livro *Feminismo: perversão e subversão*, Campagnolo (2019, p. 231) aponta suas tentativas de demonstrar como o movimento “[...] não representa nem se interessa pela condição das mulheres, apenas se vale dessa propaganda para alcançar sua real intenção: *instaurar uma revolução sexual que subverta os sexos e o sexo*”. E é valendo-se dessa ideia que ela conclui sua fala ao passo que atribui a si mesma e a outras que se assemelham a ela o reconhecimento de sujeitos mulheres, enquanto as demais, as outras, são apenas apreendidas como “rebeldes” e “subversivas”. Dessa forma, as feministas são caracterizadas como “perigosas”.

Segundo essa vontade de verdade, as feministas agem tal como um ladrão, que aguarda o momento oportuno para agir. Elas, que falam abertamente sobre a liberdade da mulher e da insubmissão, ponderaram suas palavras na carta dirigida a Cíntia, fazendo-as emergir na ocasião mais adequada para conquistar sua opinião e, por conseguinte, a opinião de seus seguidores. Tratar-se-ia, assim, de uma tentativa ardilosa de cooptação, da qual Ana Campagnolo surge como a destemida heroína que desmascara o vilão – nesse caso, as vilãs.

5 Considerações finais

Em um típico enredo de ação, o bem sempre vence. Mas nesse caso, o duelo pela fala a ser considerada verdadeira e digna de ser ouvida não se conclui – pelo menos não inteiramente e de forma estanque. Isso porque não se trata de um embate entre duas pessoas, em que vence o mais apto. Antes, temos a instauração de um julgamento, cuja decisão é dada a vários sujeitos. Uma vez que o suporte midiático das redes sociais permite infinitos enunciados responsivos, por meio de comentários, pode-se medir o efeito das palavras de Campagnolo. Embora este não tenha sido nosso objetivo, percebemos que, por meio desse recurso, as respostas, sejam elas favoráveis ou não,

mostram o modo como se perpetua a separação e a rejeição (Foucault, 2014) no discurso político, alimentando a discórdia e acentuando a radicalização.

Por meio do que é dito pela deputada Ana Campagnolo, percebemos que se estabelece um embate direto entre as mulheres e suas formas de subjetivação. Nessa arena, em que são separadas entre si, os mecanismos de exclusão discursiva emergem. Identificamos a ocorrência da separação e da rejeição (Foucault, 2014), que visa invalidar e tornar sem valor o que é dito pelos sujeitos que compartilham os ideais feministas. Em prol de uma vontade de verdade conservadora, alinhada politicamente aos princípios da extrema-direita, são feitas críticas diretas e explícitas ao modo de agir daquelas que se intitulam como defensoras dos direitos das mulheres por meio do feminismo. De maneira indireta, também são feitos comentários preconceituosos, que associam a imagem da mulher feminista a algo maléfico.

Além disso, os enunciados que emergem na voz de Campagnolo retomam outros, cuja centralidade está no discurso de rivalidade entre mulheres e na inaptidão dos sujeitos femininos à fala. A menção ao “canto das sereias”, que serve para indicar o caráter perverso do que é dito pelas feministas serve como um alerta, mas também atua de modo a reforçar a ideia de que as mulheres devem ficar caladas, uma vez que sua voz, quando não é usada para tagarelar, tem um fim maléfico de enganar e desencaminhar. Porém, por meio da perpetuação da discórdia, que retoma enunciados tão antigos quanto os mitos gregos (Graves, 2018), Campagnolo indica quem são as mulheres que devem ter seu direito de falar indeferido: as feministas. Mulheres como ela, conservadoras e defensoras da vontade de verdade antifeminista, nessa concepção, têm seu direito como sendo inquestionável. O pomo da discórdia lançado às deusas gregas, então, se atualiza e emerge sendo conferido não mais a uma única criatura, mas a uma coletividade de mulheres antifeministas, que são *as mais belas*.

Assim, ainda que possam tomar a palavra – como de fato fazem ao mostrar solidariedade para com Cíntia Chagas –, as feministas não são, no sentido butleriano, reconhecidas como aptas para tal prática. O objetivo final dessa deslegitimação é o

silenciamento total do discurso feminista e das feministas. Com isso, tem-se, entre outros aspectos, a promoção da inimizade entre as mulheres. Essa ação, que se concretizaria como o golpe final contra o movimento e suas adeptas acabaria por atingir não apenas aquelas a quem se intenciona, mas toda a coletividade feminina, incluindo mulheres que, assim como Campagnolo, jogam contra o próprio time e atuam em favor do patriarcado.

Referências

ARAÚJO, I. L. Foucault, um arqueogenealogista do saber, do poder e da ética. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis: EDUFSC, n. 35, p. 37-55, abril de 2004.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BRAGA, A. Desigualdades de gênero na CPI do MST: silenciamentos e resistências na fala pública de Sâmia Bomfim. *In*: BRAGA, A; SÁ, I. **Discursos e desigualdades: cartografar com Foucault**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. pp. 213 – 238.

CAMPAGNOLO, A. C. **Feminismo: perversão e subversão**. Vide Editorial, 2019.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, M. Verdade e poder. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021. pp. 34-54.

GRAVES, R. **Os mitos gregos**. vol. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

HOOKS, b. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOMERO. **Odisseia**. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

NASCIMENTO, M. A. **O acontecimento da trollagem na ordem do discurso político brasileiro: limites entre o humor e o discurso de ódio**. 2022. 131 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB, 2022.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

PIOVEZANI, C.; BRAGA, A. Discurso da discórdia, silenciamentos e resistências: a fala feminina na arena política. *In*: SOUSA, S. C. T.; BRAGA, A. **A dimensão política da língua(gem): perspectivas da linguística aplicada e teorias do discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024.